

O RURAL E O URBANO: CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DA RELAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E DO ESPAÇO URBANO

Janério Manoel Jacinto

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Ambiental e Regional da Universidade Estadual de Maringá- UEM, e professor de Geografia da Rede Estadual de Educação do Paraná.
Email: manael354@hotmail.com.br

César Miranda Mendes

Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia Ambiental e Regional da Universidade Estadual de Maringá e coordenador do Grupo de Estudos Urbanos- GEUR/UEM.
E-mail: cmmendes@wnet.com.br

Nestor Alexandre Perekouskei

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Ambiental e regional Universidade Estadual de Maringá- UEM. E-mail: nestorap@pop.com.br

RESUMO: O presente trabalho procura tecer um diálogo com as diversas perspectivas que envolvem as relações campo e cidade em rural e urbano e, aborda a questão da visão dicotômica que ainda se tem, no momento de se estabelecer diferenças entre campo e cidade e, rural e urbano, visto que campo e rural são pensados como algo que se opõe à cidade e ao urbano. Com base no referencial teórico aponta-se um *continuum* rural-urbano, isto é, uma relação que aproxima e integra esses dois polos (rural e urbano) e, diante das semelhanças e continuidade, não ocorre a destruição de suas particularidades, justificando a negação do fim do rural. Aborda-se as atividades agrícolas praticadas no espaço urbano e as atividades urbanas praticadas no espaço rural objetivando destacar que, o campo é espaço predominantemente rural, mas não exclusivamente. De forma semelhante, a cidade é espaço urbano, o que não significa que seja exclusivamente urbano. No mesmo contexto discute-se a lógica da urbanidade e ruralidade, que diante do aparato tecnológico, o campo e cidade e, rural e urbano se aproximam onde, para alguns autores, é chamado de rururbano ou um espaço continuum, onde as características de urbanidades estão inseridas no espaço rural e as ruralidades estão presentes no espaço urbano.

Palavras-chave: O Rural e o Urbano; Relações Campo e Cidade; Urbanidades e Ruralidades.

THE RURAL AND THE URBAN: A CONTRIBUTIONS TO THE UNDERSTANDING OF RELATIONS OF RURAL SPACE AND URBAN SPACE

ABSTRACT: The present work research to weave a dialogue with several perspectives that involve the relationships countryside and city and, rural and urban and, tries to approach the

subject of the dicotomic vision that still has, un establishing differences between countryside and city and, rural and urban, because countryside and rural they are thought as something that is opposed to the city and urban. With base in the theoretical reference we pointed a rural-urban continuum, that is, a relationship that approximates and it integrantes these two different spaces, (rural and urban) and, before the similarities and continuity, doesn't happen the destruction of the particularities of these, justifying the denial of the end of the rural. We approach the agricultural activities practiced in the urban space and the urban activities practiced in the rural space aiming to highlight that, predominantly rural, but not exclusively. In a similar way, the city is a urban space that doesn't mean that is exclusively urban. In the same context we discussed the logic of the urbanity and rurality, that before the technological apparatus, the countryside and city and rural and urban approach, for some authors, that call rururbano or a continuum space, where the urban characteristics are inserted in the rural space and the ruralities are present in the urban space.

Key Words: The Rural and the Urban; Relationships Countryside and City; Urbanities and Ruralities.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento harmônico do tecido econômico está no centro dos trabalhos dos grupos que tratam de assuntos urbanos, locais, rurais e regionais. Isso se traduz por ações que visam encontrar, para uma determinada zona, um equilíbrio entre o fortalecimento de sua capacidade concorrencial e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Atingir esse objetivo exige a criação de novas formas de parcerias entre os atores envolvidos, quer eles sejam públicos, privados, nacionais, regionais ou locais. Estímulos a projetos, iniciativa rural, ação urbana, tudo isso decorre da mesma ideia, segundo a qual as contribuições locais permitem operar mudanças significativas na paisagem socioeconômica territorial (VEIGA, 2004).

O processo de industrialização da agricultura tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-o dialeticamente. Isto quer dizer que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (agricultura, pecuária e outros, em um; indústria, o comércio, etc., em outro) vai sendo soldada de um lado pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado (bóia-fria) do campo. Aliás, as greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades. De outro lado, pode-se constatar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores das cidades. Tudo indica que o desenvolvimento do capitalismo está soldando a união contraditória da agricultura e da indústria, do campo e da cidade, que ele mesmo separou no início de sua expansão.

A partir das leituras e releituras do rural e do urbano, têm-se chegado a múltiplos debates e conceitos sobre o que é o rural e o que é o urbano. Porém, são inúmeras as dificuldades conceituais e metodológicas impostas, há tempos, aos formuladores de políticas de planejamento público, aos demógrafos e aos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, que encontram inadequações existentes na definição do que seja rural e urbano no Brasil.

Na abordagem clássica estariam agrupados autores como Henri Lefebvre, Milton Santos e Otávio Ianni, que trabalham a ideia de “urbanização do rural”, segundo a qual, o rural tenderia a desaparecer, tornando-se urbano. A segunda vertente enfoca a “urbanização no rural”, segundo a qual existem “especificidades no espaço rural, mesmo quando impactado pela força do urbano” (RUA, 2005, p. 91). Nesta segunda vertente, agrupam-se autores como José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider e José Graziano da Silva. Estes, apesar de apresentarem imensa diversidade, defendem um necessário destaque no rural, priorizando seus estudos na ideia de “novas ruralidades”.

Milton Santos propõe que a já clássica divisão rural e urbano no Brasil, seja substituída pela divisão em dois grandes subtipos: “os espaços agrícolas e os espaços urbanos, as regiões agrícolas e não rurais contém cidades; as regiões urbanas contém atividades rurais, assim teríamos áreas agrícolas contendo cidades adaptadas as suas demandas e áreas rurais adaptadas as demandas urbanas.

Assim, avançando sobre os processos que regem a expansão da urbanização e das novas funções exercidas pelas cidades, lócus da gestão da agricultura científica e do agronegócio globalizado (SANTOS, 2000; ELIAS, 2007) denomina tais espacialidades como cidades do agronegócio.

No período técnico-científico-informacional, as cidades do agronegócio multiplicam-se no país e passam a desempenhar novas funções. Transformam-se em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pelo agronegócio globalizado e resultam em novas territorialidades. Se a cidade é a materialização das condições gerais de reprodução do capital (CARLOS, 2004), a cidade do agronegócio é aquela cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções. (ELIAS, 2007).

Quanto ao segundo grupo, Abramovay (2007) enfatiza que haverá urbano, desde que haja uma extensão de serviços públicos a certo aglomerado populacional. O Brasil é um notório

exemplo de país onde é definido como urbana, as sedes distritais com algumas centenas de casas. O mesmo reforça a ideia de que nem toda aglomeração urbana provida de um mínimo de serviços pode ser adequadamente chamada de cidade.

O autor afirma que a importância de levar em consideração o critério populacional não permite uma abordagem regional da ruralidade. Este critério nos diz que tal localidade ou município é ou não rural, porém não é suficiente para indicar se existem territórios mais ou menos rurais. Um agrupamento populacional de 40 mil habitantes cercado por pequenos povoados de distritos de dois ou três mil habitantes, será caracterizado como urbano, mas sem que se tenham instrumentos estatísticos que permitam perceber se ele está no meio de uma região que, globalmente, é rural.

É fato que cada país utiliza seus critérios para reconhecer e delimitar seu meio urbano e meio rural. Wanderley (2000) apresenta definições de alguns países quanto à delimitação oficial de concepções do rural e do urbano. As definições utilizadas nos países da comunidade européia apóiam-se em uma multiplicidade de critérios, conforme descreve o Quadro 1.

Quadro 1 - Critérios utilizados por alguns países da Comunidade Européia para delimitar o rural e o urbano

Países	Critérios
Bélgica	Dois sistemas de classificação se combinam, um referindo-se aos municípios e levando em conta sua população e seu crescimento, o outro em função do lugar.
Dinamarca	Duas abordagens podem ser distinguidas, uma procedendo da regulamentação da construção: as zonas rurais são aquelas onde a agricultura tem prioridade; a outra, através de estatísticas; são consideradas como rural toda região que conte menos de 200 habitações ou todo município que compreenda uma população entre 4000 e 10.000 habitantes.
França	A definição mais corrente retém como rurais os municípios com menos de 2.500 habitantes. Como esta definição não parece mais pertinente, uma distinção suplementar foi acrescentada: as Zonas de Povoamento Industrial ou Urbano (ZPIU) e o rural profundo "fora das ZPIU".
Alemanha	Existe uma tipologia de diferentes coletividades territoriais que reúne índices econômicos, número de habitantes e densidade da população. Nesta tipologia, existem regiões definidas pela sua

	“vocação agrícola.”
Grécia	É utilizado o critério da densidade populacional (30 hab/ km).
Itália	São qualificados de rurais os municípios de menos de 10.000 habitantes. Os municípios são classificados segundo 13 critérios.
Luxemburgo	O rural não é distinto do urbano. As zonas rurais estão incluídas na tipologia das zonas urbanas.
Holanda	É através dos planos de utilização do solo que se opera a distinção, muito clara, entre zona rural e zona urbana.
Inglaterra	O espaço rural é o espaço residual do urbano, que dá lugar a uma classificação muito fina a partir da utilização dos solos.

Fonte: WANDERLEY, M. D. N. B. (2000).

Quando se fala em critérios para definições de localidades rurais, Abramovay (2003) ressalta que não existe critério universalmente válido para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano. Expõe sua posição em defesa dos critérios utilizados por outros países e cita os exemplos como da Espanha, de Portugal, da Itália e da Grécia, considerando zonas rurais os habitantes que vivem em territórios com menos de 10 mil habitantes e que mantêm determinada distância dos núcleos metropolitanos. Já na França e nos países latino-americanos como Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá, adotam limite populacional entre mil e 2.500 habitantes na definição de população rural. Com isso se evita confundir o rural com o isolado. No Chile, além do patamar populacional, a localidade rural deve ter menos de 50% de sua população ativa ocupada em atividades secundárias. No Brasil, bem como no Equador, na Guatemala, na República Dominicana e em El Salvador, o critério tem natureza predominantemente administrativa, do que propriamente geográfica ou econômica. Neste caso, considerável parcela das sedes dos distritos brasileiros, seria classificada como rural. Se o Brasil adotasse a classificação italiana ou espanhola, que tem como parâmetro, dez mil habitantes, mais de 2.200 municípios brasileiros passariam a ser contabilizados como rurais (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Ressalta-se sobre critérios adotados pela Organização para Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) que aborda uma tipologia construída em duas etapas. Ela distingue, num primeiro momento, os espaços locais, rurais e urbanos, em

função da densidade populacional, sendo que são considerados rurais, os aglomerados que tem até 150 hab/km e urbanos os que se situam acima desse limite.

A sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX apresentava a configuração amplamente rural. De acordo com o crescimento populacional entre 1940 e 1980, ocorreu uma inversão da distribuição populacional entre as áreas rurais e urbanas. Dessa forma, o movimento de forte migração das áreas rurais para as cidades, determina o crescimento desordenado de grandes aglomerações e a formação de centros metropolitanos, que são reflexos dessa dinâmica.

Surgiram a partir da década de 1980, mudanças significativas no meio rural brasileiro. Observa-se a emergência de um espaço rural multifuncional com a introdução de uma maior diversificação econômica, em meio a novas formas de produção e subsistência, em visível contraste com o que dominava no passado. A expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades consideradas, até então como exclusivamente urbanas, indicam a existência de um novo paradigma socioespacial no Brasil.

Em decorrência das mudanças ocorridas no campo pós-modernização da agricultura e com as novas configurações obtidas pelas cidades, com a descentralização das indústrias, pode-se encontrar em muitos discursos e relatos, as acepções clássicas dos conceitos rural e urbano. Para alguns o rural é visto como sinônimo de atraso e o urbano como sinônimo de moderno, diante das transformações ocorridas nos últimos tempos.

Segundo Sorokin, Zimmerman e Gapin (1981), existem nove diferenças fundamentais entre o rural e o urbano que são: ocupacionais, que levam a outras diferenças (ocupações com atividades voltadas ao cultivo de plantas e criação de animais); diferenças de ambientes (trabalhadores do campo em contato com a natureza, ao ar livre, enquanto os trabalhadores urbanos trabalham em ambientes fechados, artificiais); no tamanho das comunidades, onde existiria uma correlação negativa entre o tamanho da comunidade e a percentagem da população ocupada na agricultura; as diferenças na densidade populacional, nas quais as comunidades de agricultores teriam uma densidade populacional mais baixa do que das comunidades urbanas; na homogeneidade e na heterogeneidade das populações das comunidades rurais que tenderiam a ser mais homogêneas em suas características psico-sociais; as divergências na diferenciação, estratificação e complexidade social, na qual a população do campo seria homogênea, enquanto os aglomerados urbanos seriam marcados por uma complexidade maior, manifesta em maior

diferenciação e estratificação social; na mobilidade social, pois a classe urbana seria mais móbil e dinâmica que a rural, deslocando-se mais de lugar, de ocupação, de posição social, da riqueza para a pobreza e vice-versa; as diferenças na direção da migração, pois correntes de população que vem do campo para a cidade, são maiores que as da cidade indo para o campo; no sistema de integração social, pois os moradores rurais teriam contato com menor número de pessoas, porém, seriam mais diretos e duradouros do que os moradores da cidade.

Bagli (2006), traz uma análise comparativa dos municípios de Álvares Machado (SP), Presidente Prudente (SP) e Mirante do Paranapanema (SP) expondo as diferenças no tipo de relação estabelecida entre campo e cidade em cada um dos municípios. Nesse estudo a autora apresenta as origens do processo de dicotomização entre campo e cidade e, rural e urbano. À princípio, os critérios que definiam o que era cidade e o que era campo estavam fundamentados na localização. A cidade era o lugar da reunião, seja para as questões políticas, seja para as questões religiosas, era um tipo de localização fundamentada na aglomeração. O campo era o local onde as pessoas viviam dispersamente e lugar do trabalho natural. Entretanto, as diferenças não ficaram apenas fundamentadas em critérios de localidade, pois, havia a necessidade de caracterizar os moradores de cada espaço e, essa lógica, ampliou a diferenciação. Para demonstrar como ocorreu a construção desse processo de diferenciação, (BAGLI, 2006) utilizou-se da etimologia das palavras cidade – urbano e campo – rural, dispondo-as no Quadro 2:

Quadro 2 - Origem e significados das palavras: cidade – urbano e campo – rural.

CIDADE - URBANO	CAMPO - RURAL
Civitas f. 1. Condição de cidadão; direito de cidadão. 2. Conjunto de cidadãos. 3. Sede do governo; Estado; cidade; pátria. 4. = urbs.	Campus m. 1. Planície; terreno plano; campina cultivada. 2. Campo ou terreno para exercícios. 3. Campo de batalha. 4. Os exercícios do Campo de Marte; os comícios; as eleições. 5. Produtos da terra.
Civis m. e f. 1. Cidadão livre; cidadã livre; membro livre de uma cidade, a que pertence por origem ou adoção. 2. Concidadão; concidadã. 3. Habitante. 4. Soldado romano. 5. Companheiro.	Campensis adj. 1. Relativo aos campos; campestre. 2. Epíteto de Isis que tinha um templo no Campo de Marte.
Urbs f. 1. Cidade (em opos. a rus ou a arx) 2. A cidade por excelência. 3. Cidade, população duma cidade, os cidadãos; Estado. 4. Morada; asilo.	Rus, n. 1. Campo (em opos. a domus “casa” e urbs “cidade”). 2. Terras de lavoura. 3. Casa de campo. 4. Território, região. 5. Fig. Rusticidade, rudeza. 6. Pl. Propriedade rural; o campo (em geral)
Urbanus adj.	Rusticus adj.

1. Da cidade (em opos. a rusticus); da cidade de Roma; urbano. 2. Civil (em opos. a castrensis); pacífico. 3. Polido; fino; delicado; urbano. 4. Espirituoso; engraçado; engenhoso. 5. Divertido; folgazão; gracejador. 6. Elegante; esmerado; (fal. do estilo); que usa linguagem apurada. 7. Imprudente; desavergonhado; indiscreto.	1. Dos campos; do campo; rústico; campestre; rural. 2. Fig. Rústico; agreste; rude; inculto; grosseiro; tosco; labrego; saloio; desajeitado; sem elegância. 3. Simples; ingênuo; pouco atilado; estúpido. 4. Inacessível ao amor; esquivo; bisonho. 5. Camponês; lavrador; campônio.
--	--

Fonte: Bagli, P. (2006).

Conforme o quadro 2, o conceito “campo” se constrói como antítese do conceito “cidade”, demarcando a existência de uma realidade adversa, contrária, antagônica. Podendo as palavras influenciarem em idealizações, no caso das que referem-se a cidade – urbano, e depreciações, no caso das palavras que referem-se ao campo - rural.

As palavras *urbanus* e *rusticus* são, respectivamente, adjetivos de *urbs* e *rus*, que, por sua vez, são conceituadas sobre antagonismos, de forma que as adjetivações utilizadas como sinônimos para qualificar os moradores da cidade são positivas, enquanto as usadas para qualificar os habitantes do campo são negativas. Assim, a palavra *urbanus* é mencionada para definir qualidades, como cortesia, boa educação, bom relacionamento, o que legitima a superioridade de tudo que faz alusão a cidade e, a palavra *rusticus*, refere-se aos incultos, aos rudes, aos grosseiros, aos simples, aos desajeitados, insinuando inferioridade a tudo que diz respeito ao campo.

Segundo Wanderley (2000) existe um *continuum* rural-urbano, isto é, uma relação que aproxima e integra esses dois pólos e, diante das semelhanças e continuidade, não ocorre a destruição de particularidades, justificando a negação do fim do rural. Ainda a vertente do *continuum* ressalta a mudança das relações entre dois espaços, tornando-os cada vez mais próximos e deixando de ser opostos, porém, não preconiza o fim das áreas rurais.

A referida expressão tem sido utilizada para caracterizar situações em que, tanto formas de vida e de trabalho rurais, quanto urbanas, estariam interligadas. Diante de uma investigação mais contudente, percebe-se a perspectiva de homogeneização dos aspectos socioculturais e econômicos explícitos nessa abordagem.

Segundo Castells (1975), o rural e o urbano apresentam polos opostos de um mesmo “*continuum*”, em que se pode constatar situações completamente diferentes e matizadas, mas que

possuem em comum dois traços essenciais: situam-se todas nesse “*continuum*” e evoluem todas do rural para o urbano.

Para Abramovay (2000), o *continuum* rural-urbano significa que não existem diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e na cultura, determinados por sua vinculação social.

As reflexões ganham importância sobre a temática rural-urbano no espaço acadêmico nacional e internacional. Ressalta-se as diversas acepções sobre a temática em questão, porém, Marques (2002) reorganiza de forma sistemática diferentes discussões acerca do conceito rural, salientando que o desenvolvimento só pode ser concebido, a partir do momento em que campo e cidade forem pensados como elementos constituintes de uma totalidade.

Nessa lógica são recorrentes estudos sobre os modos de vida das populações e a própria ruralidade. Os valores, os costumes, a cultura rural no mundo contemporâneo se urbanizou? Pode-se afirmar que os valores dos habitantes das áreas rurais foram eliminados? Como se encaixa nesse contexto a resistência camponesa e os movimentos sociais rurais em sua luta por uma parcela de terra no espaço rural? Quais são seus valores, suas aspirações e suas raízes culturais? Qual a diferença do rural e do urbano diante da modernidade, da tecnologia e das diversas funções que podem ser desenvolvidas, ora na zona rural, ora na zona urbana?

Estas indagações serão abordadas no decorrer deste trabalho que tem por objetivo discutir as diversas perspectivas que envolvem as relações campo e cidade em rural e urbano, inclusive com relação às visões dicotômicas que ressoam no momento de se estabelecer as diferenças entre esses conceitos.

2. AS ATIVIDADES DO RURAL NO URBANO E AS ATIVIDADES DO URBANO NO RURAL

Conforme discussão anterior atualmente é complexo definir o que é urbano e, o que é rural, diante do aparato tecnológico e das diversas funções que podem ser desenvolvidas, ora no espaço rural, ora no espaço urbano e, vice e versa. Destarte, enfatiza-se a seguir as atividades agrícolas desenvolvidas no espaço urbano em alguns países.

Em muitas cidades da Ásia e hemisfério norte, o quintal e todos os espaços abertos são usados para praticar a chamada “agricultura urbana”, produzindo verduras, ervas, frutas, cereais,

cogumelos, até mesmo usando as paredes para a produção de uvas. A agricultura urbana é praticada por mais de 800 milhões de pessoas, revela o relatório intitulado "Agricultura Urbana: Alimentos e Empregos e Cidades Sustentáveis" (PNUD, 1996). Ela acontece em todas as regiões do mundo, tanto nos países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento - mas é difundida nos países asiáticos.

Para os mais pobres dos pobres, a agricultura urbana provê acesso a alimentos e ajuda a evitar a desnutrição. Para os “nem tão” pobres, ela oferece uma fonte de renda e alimentação melhor a baixo custo. E para as famílias de renda maior, oferece a possibilidade de comprar alimentos frescos mais baratos ou mesmo um retorno financeiro, ao permitir a utilização de lotes urbanos não edificadas, de sua propriedade. (PNUD, 1996).

De acordo com o relatório, as famílias mais pobres do mundo tendem a gastar até 90% de sua renda com alimentos. Para essas pessoas, a agricultura urbana oferece oportunidade para uma alimentação melhor e uma chance de transferir seus gastos para outras necessidades, como, por exemplo, cuidados com a saúde e habitação. A agricultura urbana, que está em ascensão onde as populações urbanas estão se aglomerando, também está contribuindo na criação de novas oportunidades de empregos. Em Calcutá, Índia, por exemplo, cerca de 20.000 pessoas encontraram trabalho e renda, cultivando nas áreas próximas aos lixões da cidade.

A agricultura urbana cria postos de trabalho - hoje cada vez mais raros - para muitos habitantes das cidades. Em algumas cidades, chega a 1/5 ou até 2/3 a presença de famílias urbanas dedicadas à agricultura, sendo que cerca de 1/3 delas tem na agricultura urbana seu único meio de vida. Ela também oferece oportunidades de geração de renda para pessoas com baixa escolaridade e pouco capital, bem como para pessoas com dificuldades para se deslocarem longe de casa, incluindo as mulheres, as crianças e os idosos. (PNUD, 1996).

Muitos países permitem a criação de pequenos animais, peixes e abelhas para a produção de ovos, carne e mel. As autoridades sanitárias ditam as regras de higiene e mantêm a fiscalização.

Além disso, existem cidades, como Vancouver (Canadá), mantendo hortas de demonstração, que servem para ensinar a milhares de canadenses como fazer composto a partir do lixo doméstico e as práticas de produção e conservação de alimentos. Para irrigar, se usa a

água da chuva e pias, a água é filtrada e aplicada com sistema de gotejamento, para usar o mínimo da água tratada e clorada. Dados da Organização da Agricultura e Alimentos (FAO) mostram que os agricultores urbanos abastecem 45% do consumo de vegetais em Hong Kong, 50% em Karachi Paquistão, 85% em Xangai. Na Ásia 50% das famílias urbanas praticam a agricultura urbana; no Canadá e nos Estados Unidos 25% dessas famílias.

Em Moscou 65% praticam agricultura urbana e em Xangai e Hong Kong 80% e 100%, respectivamente, dos frangos consumidos são produzidos na cidade. Diante do referencial teórico e das experiências práticas na agricultura urbana, pergunta-se: quais são as principais vantagens que a agricultura urbana pode trazer para a cidade e para as pessoas? Diante das análises teóricas encontram-se vários itens que nos dão respostas para a referida pergunta, onde podem-se conferir a seguir:

- a) Geração de renda e alimentos mais baratos;
- b) Trabalho para adolescentes e desempregados;
- c) Mais segurança alimentar;
- d) Reciclagem do lixo orgânico e doméstico;
- e) Absorção da água e reciclagem das águas pluviais e menos enchentes;
- f) Atividade ocupacional – proporciona ocupação de pessoas, evitando o ócio, contribuindo para a educação social e ambiental, melhoramento do meio ambiente e estética;
- g) Prazer em cultivar e criar e outros benefícios.

Observa-se, porém, uma relação muito forte entre a agricultura rural e tradicional e a agricultura urbana, sendo esta normalmente praticada mais intensamente em regiões ou municípios que tenham tradição agrícola no meio rural. A agricultura urbana pode ser realizada em qualquer ambiente urbano ou periurbano, podendo ser praticada diretamente no solo, em canteiros suspensos, em vasos, ou onde a criatividade sugerir. A prática do cultivo da agricultura urbana também pode ter grande importância, como forma de equilibrar um suposto ecossistema urbano, ou seja, melhorar as condições econômicas, sociais, ambientais e até culturais dos seus habitantes. Esta afirmação se justifica diante do pouco recurso financeiro que a atividade requer e, por conseguinte, o uso do manejo do solo é tecnologicamente acessível, utilizando-se principalmente das experiências adquiridas que esses moradores trouxeram como herança

cultural nos tempos que habitavam a zona rural. Além disso, pode ser praticada em pequenas áreas como quintais e jardins, utilizando, de forma racional, recursos recicláveis produzidos nas cidades.

Nesse sentido é que a FAO enfatiza as possibilidades da Agricultura Urbana (AU) em promover uma situação de "sustentabilidade" nas cidades do mundo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO), (COAG/ FAO, 1999).

No Brasil a ênfase na agricultura urbana, de acordo com a contribuição de Oliveira (2001) relaciona os principais fatores que possibilitam o desenvolvimento das atividades agrícolas na região metropolitana de Fortaleza. Nesse contexto, as atividades agrícolas urbanas devem-se à tradição cultural dos moradores residentes na cidade, oriundos da zona rural. Diante das dificuldades, a população mais pobre passa a cultivar áreas vazias ou em seus quintais na busca de auto-abastecimentos ou, para abastecimentos do mercado urbano, auferindo renda ou complementação.

Os estudos das atividades agrícolas no interior ou próxima de áreas urbanas no Brasil são mencionados nas obras de Bicalho (1992; 1996; 1998; 2000), que se define como referencial de grande valia para a agricultura urbana.

Para se compreender como a agricultura resiste na cidade, mesmo diante do intenso processo de metropolização que não consegue converter toda terra agrícola em usos urbanos, é preciso entender a agricultura metropolitana como parte do dinâmico processo de contínua mudança sócio-espacial, gerado por uma situação de permanente conflito de interesses e disputas de áreas por usos rurais e urbanos" (BICALHO, 1992, p. 285).

Destaca-se a existência de atividades agrícolas na cidade que se relacionam às questões histórico-culturais. As atividades agrícolas urbanas por tradição também explicam a manutenção de atividades primárias na cidade. Muitos proprietários mantêm áreas agrícolas motivados por desejos de ter uma vivência rural ou de contato com a natureza por exemplo, sempre próximo ao local de trabalho e moradia, sendo desnecessário o deslocamento para maiores distâncias.

Segundo Maia (1994) a necessidade e desejo explicam a dinâmica da AU. Diante da diversidade e intensidade de suas atividades, percebe-se que a manutenção e o crescimento de atividades rurais na cidade devem-se, por um lado, à necessidade de sobrevivência dos setores marginais que desenvolvem estratégias de vida e trabalho, configurando uma cidade muito

diferente da idealizada e propagada pelo discurso modernizante de suas elites. E, por outro lado, deve-se ao desejo de pessoas originárias ou, com forte referência com o meio rural, de praticar atividades que satisfaçam, ou ainda, proporcionem algum tipo de ligação ou contato com a natureza.

O oposto também ocorre, conforme pôde-se constatar nas últimas décadas, onde tem se destacado uma nova percepção do campo, relativo a um modo de vida “alternativo” e ambientalmente sustentável, correspondente a um resgate da natureza pelos habitantes da cidade que se dirigem ao campo (BIAZZO, 2008).

Candiotto e Corrêa (2008) referem-se a urbanização física do rural, apresentada por Graziano da Silva através do conceito de *rurbano*, com a inserção de novas atividades no campo, sobretudo as não-agrícolas. As atividades não-agrícolas fazem com que o rural assuma novas funções, dentre as quais estão as atividades de lazer, como o turismo em área rural, segundas residências e aposentadorias rurais.

Portanto, percebe-se que atualmente as atividades produtivas agrícolas tradicionais já não são mais suficientes para explicar, por si sós, a dinâmica da renda e das ocupações das famílias rurais. Assim, compreender o papel da diversificação do meio rural consiste numa tarefa onde estão envolvidos uma série de fatores que abrangem diretamente as esferas socioeconômicas, ambientais e culturais do espaço, onde vem sendo desenvolvidas essas atividades não-agrícolas¹. Dessa forma, crescem cada vez mais atividades de lazer, que buscam um resgate às tradições culturais de determinadas áreas e valorizam os costumes da vida rural. Essas atividades geralmente se manifestam em rotas turísticas e em eventos festivos de pequenos municípios, ocorrendo tanto em áreas rurais como urbanas.

1

Nos anos 1980 assistiu-se à invenção social de uma nova realidade: o mundo rural não agrícola. Esta perspectiva introduz elementos novos no modo de encarar os mundos rural e urbano, em si e na forma como se relacionam. A valorização da dimensão não agrícola do mundo rural é socialmente construída a partir da ideia de patrimônio. Verifica-se, de fato, a ocorrência de três tendências que, por motivos parcialmente autônomos, convergem num mesmo sentido: — movimento de renaturalização, centrado na conservação e proteção da natureza, aspectos agora hipervalorizados no âmbito do debate sobre os processos de desenvolvimento sustentável; — a procura de autenticidade, que leva a encarar a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais, como vias privilegiadas para valorizar memórias e identidades, capazes de enfrentar tendências uniformizadoras desencadeadas pelos processos de mundialização; — a mercantilização das paisagens, como resposta à rápida expansão de novas práticas de consumo, decorrentes do aumento dos tempos livres, da melhoria do nível de vida de importantes segmentos da população e, como consequência, da valorização das atividades de turismo e lazer. Nota do autor.

Por outro lado pode-se constatar a mudança na paisagem rural com a presença da tecnificação do campo, as atividades industriais, a presença dos complexos agroindustriais, as cooperativas e a interligação campo-cidade, por uma rede viária de transporte eficaz paralela a um sistema de comunicação eficiente.

As recentes manifestações no mundo rural que antes eram peculiares ao mundo urbano, podem ser denominadas de “urbanidades no rural”, que denotam a presença do urbano no campo, sem que essa presença leve à eliminação das marcas próprias a cada espacialidade (urbana e rural). O espaço resultante dessas interações é dotado de um hibridismo que não pode ser comparado a um “urbano ruralizado”, nem mesmo a um “rural urbanizado”.

De acordo com Bagli (2006), rural e urbano extrapolam os limites espaciais tradicionais. As contradições colocam a realidade plural do desenvolvimento da sociedade, uma vez que, o campo é espaço predominantemente rural, mas não exclusivamente. De forma semelhante, a cidade é espaço urbano, o que não significa que seja exclusivamente urbano. Nem tudo o que existe no campo é rural, nem tudo o que há na cidade é urbano. Tanto os que se aproximam do urbano, quanto os que se aproximam do rural, tendem a adquirir características específicas de cada espaço.

Porém, nem sempre a aquisição de tais características leva o indivíduo a se urbanizar ou a ruralizar-se, diante das atividades de caráter rural praticada no espaço urbano e, das atividades de caráter urbano desenvolvidas no espaço rural.

3. URBANIDADES E RURALIDADES

Segundo Moreira (2005) ao invés de apontar para uma nova ruralidade, melhor falar em ruralidades globais e locais. As ruralidades seriam compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais.

As ruralidades apresentam uma visão ampla, entendendo-as como manifestações representativas do espaço rural, traduzidas em políticas públicas, instituições, legislações, interesses, objetos técnicos e identidades características do rural, quando presentes na Organização Mundial do Comércio, no mercado de *commodities*, nos transgênicos, no Ministério

da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário, na bancada ruralista, no Movimento dos Sem-Terras, nos ambientalistas, etc. Nesse sentido, as ruralidades apresentam diferentes interpretações de grupos sociais e instituições sobre o rural, bem como o território de atuação e influência - a *hinterland* - de cada uma dessas instituições.

Segundo Marques (2002) as possibilidades de desenvolvimento de qualquer comunidade rural dependem dos laços que ela mantém com centros urbanos, particularmente com as cidades de sua própria região. É preciso, portanto, além do consumo simbólico e material do campo por parte dos habitantes das cidades, ater-se a outras relações econômicas e políticas estabelecidas entre o rural e o urbano.

Destaca-se que a superação da divisão entre cidade e campo não deve ser confundida com o desaparecimento do campo e das atividades agrárias, como nos lembra Sobarzo (2006), considerando que essa superação está ligada às relações de produção. Contudo, nessa dialética, o campo não se perde no meio da cidade, nem a cidade absorvendo o campo se perde nele. Nesse sentido, urbano e rural permanecem como conteúdos sociais diferenciados (urbanidades e ruralidades), mas a oposição cidade e campo atenua-se.

Corroborando com tais reflexões Biazzo (2008) afirma que campo e cidade são materialidades, concretizando-se como paisagens que se contrastam. Porém, ruralidades e urbanidades são racionalidades ou lógicas. São vários os exemplos das novas identidades rurais ou manifestações de ruralidades encontradas tanto no campo, quanto na cidade. Associados à economia seriam a revitalização de práticas de produção orgânica nas atividades agrárias, o turismo rural em espaços campestres e os mercados futuros de *commodities* em espaços citadinos. Associados à política seriam o personalismo e o clientelismo, os embates na OMC acerca de subsídios agrícolas, as disputas no âmbito dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário no Brasil, os movimentos sociais como o MST. Associados à cultura, envolvem a busca de uma reaproximação da natureza pela população citadina, os hábitos de origem *country*, o sucesso de músicas sertanejas, entre muitos outros.

Por outro lado, as urbanidades associadas à economia se manifestam através da complexa divisão social do trabalho, redes técnicas, de transporte e comunicação, tanto no campo, quanto na cidade. Associadas à política se revelam no planejamento e nos planos de gestão do território, na crescente densidade normativa dos espaços citadinos e campestres. Por fim, associadas à

cultura, as urbanidades se manifestam com a emancipação feminina e a redução da divisão sexual do trabalho, com a fluidez de informação, a estetização de comportamentos de acordo com as mídias, entre outros exemplos.

Biazzo (2008) conclui seu pensamento afirmando que campo e cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem. Já o urbano e o rural são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente da sociedade. Por isso, urbanidades e ruralidades se combinam em cada recorte do espaço, seja um local, seja uma micro, meso ou macro região.

Segundo Rua (2005) tanto a urbanização física como a urbanização ideológica no campo levam ao estabelecimento de urbanidades no espaço rural. Não pode-se compreender a ruralidade somente a partir da penetração do mundo urbanoindustrial no rural (urbanização física), mas também, a partir do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais e de práticas culturais que são reconhecidas como próprias do mundo rural.

As urbanidades segundo Rua (2002), são constituídas por uma enorme gama de manifestações, que vão desde a melhoria da infra-estrutura e dos meios de comunicação, até a aposentadoria e novas formas de lazer. A proposta de urbanidades busca abarcar o pluralismo, de modo que o turismo e o veraneio, a pluriatividade, os movimentos organizados e as reivindicações dos habitantes rurais vão confirmar a expansão das urbanidades nas áreas rurais.

Conforme as atividades não agrícolas no campo, vão se expandindo, ocorre o processo de intensificação das relações e a interdependência entre o urbano e o rural e, por conseguinte, as urbanidades e as ruralidades. Esta nova dinâmica do espaço rural leva ao crescimento de famílias rurais pluriativas, ou seja, que combinam atividades agrícolas e não agrícolas autônomas e/ou assalariadas. Portanto, os conceitos de ruralidades e urbanidades, inseridos no debate em torno do rural contemporâneo procuram incorporar as novas dinâmicas presentes na configuração do espaço geográfico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta contribuição, num primeiro momento, foi tecer considerações teóricas acerca das categorias do Rural e do Urbano e suas relações entre si.

O estudo da relação entre campo e cidade e, rural e urbano necessita de uma visão dialética e abrangente, que incorpore as potencialidades e os atores sociais presentes, tanto no campo, quanto na cidade.

Outro ponto a ser considerado verifica-se na realidade urbana e na realidade rural, que não são estanques e, ultimamente, têm passado por rápidas e intensas transformações, as quais ressoam de forma direta na reorganização do espaço, na redefinição de relações e na constituição de novas territorialidades. Por isso, acredita-se ser um equívoco, pensar a extinção dos espaços rurais em função do avanço do processo de urbanização e, conseqüentemente, de haver um *continuum* rural urbano, visto que, campo e cidade são espaços que se diferenciam frente ao fortalecimento de suas peculiaridades.

É fato que a revolução técnico-científica comprometeu as relações entre o rural e o urbano. A preocupação maior nesse início de século, é compreender as modificações que os atores sociais imprimem a essas categorias que se mesclam dialeticamente num *continuum* rural-urbano.

Destarte, consideram-se fundamentais essas categorias, pois auxiliam no desenvolvimento territorial dos espaços onde esses atores sociais o modelam, de uma forma, ou de outra, onde estão inseridos, construindo, (des) construindo e (re) construindo territórios.

A análise da relação campo e cidade e, rural e urbano tem avançado, onde acredita-se ser essencial entender o rural para além do campo e o urbano para além da cidade, pois campo e cidade são partes integrantes do todo, mesmo que às vezes, o campo não seja tão rural e a cidade nem tão urbana, eles não se opõem, excluindo-se mutuamente, ao contrário, se complementam, justamente pelas diferenças. Em suma, desaparece todo o sentido em tratar o rural exclusivamente como o oposto do urbano, em proclamar seu desaparecimento, ou em resumi-lo a apenas uma de suas dimensões atuais: o agrário.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

BAGLI, P. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema**: dos mitos pretéritos às recentes transformações. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

BLAZZO, P. P. **Campo e Rural, Cidade e Urbano**: Distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. 4º Encontro nacional de grupos de pesquisa- ENGRUP, São Paulo, p. 132-150, 2008.

BICALHO, A. M. S. M. Agricultura e meio ambiente no município do Rio de Janeiro. In: ABREU, M A. (Org.) **Sociedade e natureza no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992, p. 285-316.

_____. A agricultura metropolitana. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA. 1996. Rio de Janeiro. *Anais da Conferência Nacional de Geografia e Cartografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. Desenvolvimento rural sustentável e geografia agrária. In: XII Encontro Nacional de Geografia Agrária. 8, 1998. Uberlândia. **Anais do XII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Uberlândia, 1998.

_____. Sustainable metropolitan agriculture in Brazil. In: BOWLER, I. R.; BRYANT, C. R.; HUIGEN, P. P. P. (Editors). **Dimensions of Sustainable rural**. Systems. Utrecht/Groningen: Koninklijk Nederlands Aardrijkskundig Genootschap; Faculteit der Ruimtelijke Wetenschappen/Rijksuniversiteit Groningen. 1998, p. 97-104.

_____. Economics sustainability in vegetable farming in Rio de Janeiro state, Brasil. In: **IGU COMMISSION ON THE SUSTAINABILITY OF RURAL SYSTEMS CONFERENCE**. Columbia: Simon Fraser University, 2000, p. 39-47.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão, nº 621).

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5, p. 214-242, 2008.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTELLS, M. **Problemas de investigação em Sociologia Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

ELIAS, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades Médias**: espaços em transição. São Paulo: Editora Moderna, 2007, p. 113-138.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

MAIA, D. S. **O campo na cidade**: necessidade e desejo (um estudo sobre os subespaços rurais em João Pessoa–PB). 1994. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências, Curso de Mestrado em Geografia, Florianópolis, 1994.

MARQUES, M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre, v. 2, n. 19, p. 95-112, 2002.

MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 15-41.

OLIVEIRA, A. M. Agricultura em áreas metropolitanas. In: MENEZES, A. V. C.; PINTO, J. E. S. S. **Linhas geográficas**. Aracaju: Programa Editorial NPGeo/UFS, 2001, p. 33-183.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (COAG/FAO). **Urban and periurban agriculture**. COAG/99/10. Presented at 15th Session of the COAG, FAO, Rome, p. 25-29, jan. 1999.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Agricultura urbana**: alimentos e empregos e cidades sustentáveis. Lisboa: PNUD-UNDP, 1996.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, n. 2, p. 45-66, 2005.

SANTOS, M. (Org.). **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUTICEC, 2000.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: SOUZA MARTINS, J. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

VEIGA, J. E. **A dimensão rural do Brasil**. São Paulo: FEA-USP, 2004.

WANDERLEY, M. D. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, 2000.